



RIO GRANDE DO SUL

SINDICATOS E CNTV ENTREGAM DOCUMENTO À PF EM BRASÍLIA PEDINDO IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA



Coordenador de Controle de Serviços da PF, ao centro, recebeu dirigentes da CNTV e sindicatos

A direção da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), e os representantes de 15 sindicatos de vigilantes do país estiveram reunidos com o coordenador-geral de Controle de Serviços da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte, nesta quinta-feira (25), em Brasília. O presidente do Sindivigilantes do Sul, José Airton Trindade, e o vice-presidente, Ilson Pereira, participaram do encontro na sede da PF.

Estava presente, ainda, o deputado distrital Chico Vigilante. Na ocasião, foi entregue um ofício ao coordenador da Polícia Federal, assinado pelo presidente da CNTV, José Boaventura, os presidentes de sindicatos presentes. O texto solicita que a PF atue pela implementação imediata do Estatuto da Segurança Privada.

A lei foi aprovada no ano passado, mas ainda aguarda regulamentação de diversos artigos. No entanto, muitos itens não dependem de regulamentação e já podem ser aplicados.

O documento destaca o respeito e a confiança da categoria na condução da segurança privada pela Polícia Federal e pede que a instituição adote “as iniciativas necessárias para a efetiva aplicação da lei no tocante às responsabilidades da PF”.



Ação contra irregularidades

Também reforça a necessidade de que a PF atue contra práticas irregulares e ofensivas à dignidade do trabalho no setor, apoiando assim a valorização, o reconhecimento e a dignificação da atividade dos vigilantes.

Outro ponto enfatizado é a importância da “promoção do diálogo direto e republicano” da instituição com os trabalhadores.

“Tivemos uma boa acolhida e foi aberto um canal importante de comunicação direta com a direção geral da Polícia Federal”, afirmou o presidente José Airton.

Segundo ele, o coordenador colocou a PF em Brasília à disposição dos sindicatos, sempre que surgirem dificuldades que não possam ser resolvidas nos estados.

José destacou o reconhecimento do Rio Grande do Sul na CNTV como um dos estados onde mais mulheres ocupam vagas na vigilância. “O machismo na segurança privada ainda é grande no Rio Grande do Sul, mas em outros estados parece que é maior ainda, pelo que dizem”, concluiu.

Fonte: Sindvigilantes do Sul



Com indicativo de negociação, vigilantes da saúde suspendem paralisação

Categoria cruzou os braços após a demissão de 48 profissionais de segurança do Hospital de Base e de unidades básicas de saúde



Os vigilantes terceirizados suspenderam a paralisação no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) e nas unidades básicas de saúde (UBSs) de Planaltina, Brazlândia, Sobradinho e Ceilândia, na manhã de terça-feira (30/9).

A categoria chegou a cruzar os braços por algumas horas em protesto a demissão de 48 profissionais de segurança das unidades. Segundo o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, não houve justificativa para os desligamentos.

A categoria suspendeu o movimento após a direção do Instituto de Gestão Estratégico de Saúde do DF (Iges-DF) convocar uma nova reunião para esta tarde.

Todos os vigilantes demitidos eram contratados pelo Grupo Cinco Estrelas. Após o início da paralisação, a empresa enviou outros profissionais de segurança para as unidades. A empresa informou que as recentes rescisões ocorreram por readequação de postos de trabalho em contratos de vigilância.

FOTNE: METROPOLES - Francisco Dutra

Semana da Execução Trabalhista movimentou R\$ 8 bilhões e bate novo recorde

A edição de 2025 foi realizada de 15 a 19 de setembro em todo o país na última, realizando mais de 94 mil audiências.



A 15ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista 2025 foi encerrada na última sexta-feira (19) e movimentou mais de R\$ 8 bilhões nos cinco dias de evento (15 a 19 de setembro). O valor é recorde para uma única edição e supera os R\$ 6,5 bilhões do ano passado.

Com o slogan “Execução que transforma, Justiça que realiza”, a campanha deste ano promoveu mais de 94,2 mil audiências, homologou 26,6 mil acordos e realizou 470 leilões de bens para quitação de dívidas trabalhistas de devedores.

“São valores que voltam para a sociedade e vão movimentar a economia local dessas trabalhadoras e trabalhadores que aguardavam a efetivação do direito garantido em juízo”, afirmou o ministro Cláudio Brandão, coordenador da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET). “Também representam, enfim, o resgate da cidadania das pessoas que esperavam a solução definitiva dos processos”, completou.

Detalhamento dos dados

Dos mais de R\$ 8 bilhões movimentados, R\$ 3,3 bi são oriundos de acordos firmados durante a semana, R\$ 2,4 bil de pagamentos liberados via alvarás, além de R\$ 530 milhões que entram para os cofres da União em arrecadação previdências e de Imposto de Renda. Também vale destacar que R\$ 142 milhões foram arrecadados via leilões e quase R\$ 391 milhões de outras formas de recolhimento e bloqueios.

Política pública efetiva

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, destacou a vital importância da efetividade das decisões: “É um gargalo do Judiciário que se notabilizou, muitas vezes, no atraso da satisfação do bem da vida”,

disse. “A semana da efetividade da execução demonstra que vale a pena investir nesse tipo de política pública”, completou.

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho e presidente eleito do TST e do CSJT, ministro Vieira de Mello Filho, também celebrou os resultados e destacou a busca contínua do aprimoramento dessa política institucional. “As pessoas precisam de direito e precisam de uma Justiça que proteja esses direitos”, disse.

Rankings

Entre os tribunais regionais do trabalho, os TRTs que mais executaram, divididos por porte, são:

Grande Porte

- TRT da 3ª Região (MG);
- TRT da 1ª Região (RJ); e
- TRT da 2ª Região (SP).

Médio Porte

- TRT da 5ª Região (BA);
- TRT da 18ª Região (GO); e
- TRT da 7ª Região (CE).

Pequeno Porte

- TRT da 19ª Região (AL);
- TRT da 14ª Região (RO/AC); e
- TRT da 17ª Região (ES).

FONTE: TST (Nathalia Valente/AJ)

Empregador pode ser responsabilizado por suicídio de funcionário relacionado ao trabalho

O Projeto de Lei 1077/25 está em análise na Câmara dos Deputados



O Projeto de Lei 1077/25 responsabiliza civilmente o empregador no caso de suicídio ou tentativa de suicídio relacionados ao trabalho – seja por assédio ou por condições nocivas à saúde mental dos empregados. O empregador será responsabilizado mesmo que o fato ocorra fora do local de trabalho.

A proposta, do deputado Alex Santana (Republicanos-BA), está em análise na Câmara dos Deputados.

O projeto altera a Consolidação das Leis Do Trabalho (CLT) para garantir que familiares do empregado possam buscar reparação dos danos decorrentes do suicídio como acidente de trabalho.

Alex Santana observa que o suicídio é um evento multidimensional, decorrente de uma complexa interação entre fatores individuais, sociais e de natureza ocupacional.

“O suicídio do trabalhador causa forte abalo emocional e psíquico nos seus familiares, o que justifica o ajuizamento de uma ação reparatória”, defende Santana. A alteração na CLT, segundo ele, reforça o dever do empregador de indenizar os danos quando comprovada a responsabilidade civil.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Fonte: Agência Câmara de Notícias - Ana Luzia Rodrigues

Marinho defende mobilização popular como pressão contra escala 6 por 1



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a defender, nesta quinta-feira (25), o fim da escala 6 por 1, durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pelo Canal Gov. Na ocasião, Marinho destacou que a pressão do povo, por meio de manifestações, a exemplo do que aconteceu com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, cujo arquivamento só foi possível graças à mobilização popular.

Para o ministro, esse tipo de ação será fundamental para acabar com aquela que, segundo ele, é “a mais cruel das escalas”, na qual o trabalhador tem direito a apenas um dia de descanso semanal. França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Islândia são alguns dos países que implementaram ou estão implementando jornadas menores do que a de 6 por 1 ou de 44 horas semanais.

Marinho sugeriu aos eleitores acompanharem posicionamento dos atuais parlamentares, no Congresso Nacional, sobre o tema, para saber “quem merece ter seu mandato renovado e quem merece ser substituído”, nas próximas eleições.

Mais cruel

“A escala 6 por 1 é, de fato, a mais cruel que existe, especialmente para as mulheres. Então o momento é de renovar”, disse o ministro ao lembrar que vários países já extinguiram esse tipo de jornada de trabalho.

“O governo brasileiro torce para um final feliz em relação à redução da jornada máxima do Brasil, hoje de 44 horas semanais, para 40 horas semanais sem prejuízo para a economia. Essa jornada é especialmente cruel para as mulheres e para

a nossa juventude, que vem rechaçando esse sistema de jornada, cobrando do empresariado e das autoridades brasileiras uma adequação”, acrescentou

A proposta de alteração da escala 6 por 1 está tramitando no Congresso Nacional que, segundo ele, costuma ter outras prioridades, não necessariamente em favor dos trabalhadores.

Luiz Marinho disse torcer para que mobilizações e manifestações como as contrárias à anistia e à blindagem de parlamentares continuem.

“É importante manter a mobilização porque, se deixar o parlamento brasileiro

livre, leve e solto, só vem prejuízo para classe trabalhadora. Ele [o Congresso Nacional] só vai dar jeito com muita pressão, como foi o caso, agora, em que a PEC da Blindagem foi enterrada”.

“Se amenizar, esse perfil do Congresso que temos não atenderá a essa reivindicação. No que depender do governo, [os trabalhadores] terão nosso apoio para acabar com a jornada 6 por 1”, completou.

Fonte: Pedro Peduzzi , Agência Brasil /

Foto: Antonio Cruz / Agência Brasil - arquivo -

26/09/2025

FONTE: MUNDO DIGITAL

Após divulgação de votos por aumento de impostos, prefeito censura painel do Sindicato



O prefeito de São José dos Campos, Anderson Farias (PSD), está recorrendo a uma espécie de censura velada para

proteger os vereadores que votaram a favor do aumento de impostos na cidade.

A ação é uma resposta à campanha do

Sindicato contra os “inimigos do povo”, que está divulgando nomes e fotos dos parlamentares que aprovaram a alta dos tributos proposta pelo prefeito. Uma das formas de divulgação da campanha é o painel de LED do Sindicato, instalado no centro da cidade.

Na quarta-feira (24), às 16h31, o Sindicato dos Metalúrgicos recebeu uma notificação proibindo a veiculação de publicidade no telão. O painel eletrônico fica na Rua Francisco Paes, dentro de uma área de propriedade do Sindicato.

Desde junho, o equipamento vem sendo usado para divulgar informações de interesse dos trabalhadores e da população. Em nenhum momento – exceto agora – o Sindicato havia recebido qualquer notificação para cessar a veiculação de informes. Portanto, não se trata de uma casualidade.

Os projetos aprovados pela Câmara Municipal levarão ao aumento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), da taxa de iluminação pública, do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) e da taxa de lixo.

No painel do Sindicato, os vereadores listados como “inimigos do povo” são:

- Claudio Apolinário (PSD)
- Fabião Zagueiro (PSD)
- Gilson Campos (PRD)
- Lino Bispo (PL)
- Marcão da Academia (PSD)
- Marcelo Garcia (PRD)
- Milton Vieira Filho (Republicanos)
- Rafael Pascucci (PSD)
- Renato Santiago (União)
- Roberto Chagas (PL)
- Roberto do Eleven (PSD)
- Rogério da Acasem (PP)
- Sidney Campos (PSDB)
- Zé Luís (PSD)

Campanha continua

O Sindicato seguirá com a campanha contra os “inimigos do povo”, por meio das redes sociais, cartazes e informativos, por se tratar, essencialmente, de assunto de interesse público.

“O prefeito colocou a censura acima dos interesses da população. O acesso às informações sobre o que acontece na Câmara Municipal e na Prefeitura é direito de todos e não pode ser negado. Continuaremos divulgando fatos que sejam de interesse da classe trabalhadora. O prefeito não vai nos calar”, afirma o presidente do Sindicato, Weller Gonçalves.

Censura na Flim

Em apenas dez dias, esta é a segunda vez que Anderson Farias usa o autoritarismo para calar vozes. A primeira foi contra a jornalista Milly Lacombe, impedida de participar da Festa Literomusical (Flim) de São José dos Campos, considerada a maior feira do gênero no Vale do Paraíba.

A participação foi cancelada por ordem do prefeito. O motivo: em um podcast, Milly Lacombe fez críticas ao conceito de “família tradicional”.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos
de São José dos Campos / Foto:
Divulgação/SindmetalsJC - 25/09/2025

Fonte: MUNDO DIGITAL

Após divulgação de votos por aumento de impostos, prefeito censura painel do Sindicato

Licença de 120 dias poderá ser estendida nos casos de internação hospitalar superior a duas semanas. Equipe médica terá de atestar que a internação teve relação com o parto

Por Guilherme Mazui, g1 — Brasília



Valdo: Lula quer mostrar a Trump a gravidade do golpe

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta segunda-feira (29) a lei que permite somar ao prazo da licença-maternidade o tempo de internação hospitalar da mãe ou do bebê após o parto, caso a internação seja superior a duas semanas.

A sanção altera trecho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que trata sobre a licença-maternidade.

Pelas regras atuais da CLT, a licença dura 120 dias e a mulher tem direito ao salário-maternidade, cujos custos devem ser arcados pela Previdência Social. O afastamento da gestante ocorre entre o 28º dia que antecede o parto e a data de nascimento do bebê.

Segundo o texto aprovado pelo Congresso, será possível prorrogar a licença quando a internação hospitalar superar o prazo de duas semanas. A equipe médica terá de Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

comprovar que a internação tem relação com o parto.

Com a sanção, se a internação superar duas semanas, o tempo no hospital será adicionado ao prazo, previsto na CLT, de 120 dias da licença-maternidade.

O projeto, de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF), foi sancionado durante a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada nesta semana em Brasília.

O texto sancionado insere na legislação trabalhista um entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022.

Salário-maternidade

A nova lei também permite o pagamento, por mais de 120 dias, do salário-maternidade nos casos de internação da mãe ou de recém-nascido por mais de duas semanas em razão de complicações médicas relacionadas ao parto.

Nesses casos, o salário-maternidade será pago pelo período que compreende a internação e os 120 dias da licença-maternidade.

Previsto em lei, o salário-maternidade é pago às seguradas da Previdência Social por 120 dias. O prazo se inicia 28 dias antes do parto e a duração do benefício pode ser ampliada em casos específicos.

FONTE: G1

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF